



-----ATA Nº 2/2019-----

Aos dezanove dias do mês de junho de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Auditório da sede da Junta, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia de Selho S. Jorge, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto um: Aprovar o contrato interadministrativo de delegação de competências na freguesia; -----

----- Ponto dois: Aprovar a não-aceitação de transferência de competências do município para as juntas de freguesias, ao abrigo do decreto-lei 57/2019, de 30 de abril para o ano de 2019;-----

----- Ponto três: Aprovar a aceitação de transferências de competências do município para as juntas de freguesias, ao abrigo do decreto-lei 57/2019 de 30 de abril para o ano de 2020;-----

----- Ponto quatro: Aprovar o regulamento no âmbito do programa “conforto habitacional”;-----

----- Ponto cinco: Aprovar o protocolo no âmbito do programa do banco de ajudas técnicas do projeto “*consigo*”;-----

----- Ponto seis: Análise da atividade da junta.-----

----- O Presidente da mesa deu início à sessão, comunicando a impossibilidade dos deputados Rui Barroso, Liliana Silva, Nuno Pinto, Carlos Marques e Daniel Dias estarem presentes, sendo substituídos pelos deputados João Brito, Maria Manuela Marques, António Coelho, Afonso Nogueira e Álvaro Ricardo. O deputado Gilberto Andrade também não esteve presente, por isso, foi substituído pelo deputado José Lemos.-----

----- Procedeu-se à leitura e respetiva votação da ata da sessão anterior, tendo sido aprovada por maioria, com nove votos a favor (sete de Juntos por Guimarães e dois do PS) e quatro abstenções (duas de Juntos por Guimarães, um do PS e um do CDU).-----

----- O presidente da mesa, José Campos, iniciou o período antes da ordem do dia, propondo a admissão por todos os elementos da assembleia, um voto de louvor ao Pevidém Sport Club. Depois de aceite pelos deputados foi levado a votação, a qual obteve aprovação por unanimidade.-----

De seguida, a deputada Benvinda Machado propôs um voto de louvor ao Maestro Francisco Ribeiro, pelos anos que dirigiu o Orfeão da Coelima. Como resposta, interveio o presidente da assembleia, José Campos dizendo que esse voto de louvor, iria ser colocado a votação na próxima assembleia. -----

----- Iniciou-se o período da ordem do dia. No ponto um e dois não se registaram intervenções.

Colocados estes pontos a votação obtiveram aprovação por unanimidade.-----

----- De seguida o ponto três foi posto a discussão. A única deputada inscrita foi Benvinda Machado, à qual, interrogou a estagnação da lei n.º57/2019 comparativamente com a lei n.º 132/2013.-----

Tomou a palavra o presidente de junta, explicando a não-aceitação de transferência de competências do município para a junta no ano de 2019 e a aceitação das mesmas para 2020. Esclareceu que posteriormente à aceitação dessas competências haverá uma negociação entre junta de freguesia e câmara municipal. Só mais tarde, haverá a delegação de competências, e, votação das mesmas à posteriori em assembleia. Continuou o seu discurso, dirigindo-se à deputada Benvinda Machado afirmando existir umas semelhanças entre os decretos de lei, não existindo diferenças substanciais.-----

O ponto três da ordem do dia colocado a votação obteve a aprovação por unanimidade.-----

-----Seguidamente, o ponto quatro foi posto a discussão. A deputada Marta Faria, pediu esclarecimentos relativamente aos requisitos de acesso ao programa de “*conforto habitacional*” mais precisamente quanto à carência económica. E, questionou também qual seria o grau de incapacidade das pessoas portadoras de deficiência para terem direito aos apoios.-----

Tomou a palavra o presidente de junta, esclarecendo que quem atesta a insuficiência económica é a junta tendo por base os rendimentos per capita do agregado familiar, segundo cálculos da atual lei e o grau de incapacidade, afirmou que também está estabelecido na legislação. Acrescentou, que todos os casos omissos, no regulamento do programa habitacional regem-se pela lei geral. -----

O ponto quatro da ordem do dia colocado a votação obteve a aprovação por unanimidade.-----

-----Posteriormente, o ponto cinco foi posto a discussão. A deputada Benvinda Machado disse-nos que estava inteiramente de acordo com este protocolo, simplesmente pediu esclarecimentos quanto à entidade escolhida para parceiro, a junta de freguesia de Infantas.-----

De novo, interveio o presidente de junta, explicando que o programa de ajudas técnicas necessita de stock de material, como exemplo camas articuladas, canadianas, entre outras, e desse modo seria mais proveitoso e útil conciliar com um elo de ligação a um projeto já existente. Foi escolhido aquele projeto independentemente da freguesia onde estivesse instalado, não existindo relação direta com as juntas de freguesias em si. O presidente de junta sustentou a decisão, aliada ao facto da técnica responsável por este programa na junta de Infantas ser da nossa freguesia conhecendo bem a nossa realidade.-----

O ponto cinco da ordem do dia colocado a votação obteve a aprovação por unanimidade.-----

-----De seguida, foi posto o ponto seis da ordem do dia a discussão. Neste ponto inscreveram-se os deputados Ricardo Lemos, Benvinda Machado e Marta Faria. Primeiramente, interveio o deputado Ricardo Lemos questionando a atividade da junta. Começou por falar da área social e educacional ao dizer que aparentemente continuavam iguais à do ano passado, que as competências e trabalhos eram os mesmos. Passando para a área cultural, questionou a conclusão do regulamento das associações e quis saber se existe uma agenda cultural sénior, e,

qual seria a sua programação. Em relação à juventude e desporto concluiu que continua igual ao ano anterior. No plano das infraestruturas diz-nos que nota-se muito trabalho na elaboração de projetos, contudo, afirmou que não estão visíveis aos cidadãos enfatizando a ideia da importância do conhecimento da população dos mesmos.-----

Seguidamente, interveio a deputada Benvinda Machado perguntando para quando a aprovação da regulamentação das associações. Afirmou, que o website da junta encontra-se desatualizado, e, pediu esclarecimentos quanto ao festival de música e à brigada verde.-----

Por fim, interveio a deputada Marta Faria dizendo que a assembleia de freguesia, deveria ter comunicado, que os deputados do partido socialista enviaram um e-mail a solicitar o cumprimento do regimento, relativamente à colocação das atas na página online da junta.-----

Tomou a palavra o presidente de assembleia, José Campos, afirmando que as atas no website estão atualizadas. -----

Como resposta às intervenções dos deputados, o presidente de junta começou o seu discurso, dirigindo-se ao deputado Ricardo Lemos dizendo que efetivamente tinham novidades relativamente à área social, como constata a votação dos pontos quatro e cinco. Quanto ao regulamento das associações, o presidente de junta diz-nos que está concluído, e, irá ser discutido numa próxima assembleia. A agenda cultural sénior tem estado no ativo com o passeio à Póvoa de Varzim, aos multiusos, entre outros. No que diz respeito às infraestruturas, o presidente de junta concordou com o deputado Ricardo Lemos relativamente ao trabalho na elaboração dos projetos, discordando que sejam discutidos na praça pública, ao invés disso deverá isso sim ter discussão de caráter técnico. De seguida, mostrou os projetos do Largo do Pelourinho, requalificação do estacionamento da Cabeira e requalificação da Rua da Circunvalação, abrigo do mercado e Rua 25 de Abril estavam prontos para executar. Continuou o seu discurso, dizendo que a centralidade de Pevidém iria ser uma realidade uma vez que, foi aprovado em reunião de câmara a verba de 800.000 euros para a obra. Seguidamente, dirigiu-se à deputada Benvinda Machado dizendo que houve uma candidatura à eco freguesia, e, mostrou o diploma como comprovativo. À questão levantada pela deputada Marta Faria, o presidente de junta esclareceu que atualizavam frequentemente o facebook devido à maior utilização da comunidade.-----

De novo interveio o deputado Ricardo Lemos remetendo para a obra do cemitério onde, esteve um cartaz durante meses do projeto, e, voltou a frisar, que os projetos realizados deveriam ser mostrados à população para serem discutidos. Quanto à verba aprovada para Pevidém relativa ao centro cívico, o deputado diz-nos que não irá falar de questões que não estejam na ordem de trabalhos.-----

Como resposta, interveio o presidente de junta dizendo que quem publicitou a obra do cemitério foi a câmara, referindo ainda que a verba de 800.000 euros para o centro cívico é actividade da junta, precisamente o ponto da ordem de trabalhos em discussão.-----

----- De seguida, a pedido da Junta de Freguesia, no sentido de haver maior celeridade nas resoluções assinaladas nos pontos da ordem do dia, o Presidente da Assembleia colocou a ata em minuta à votação, tendo sido esta aprovada por unanimidade. -----

----- Por fim, foi aberto o período de intervenção do público, que não registou qualquer intervenção. -----

----- Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada e dela se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim, Ângela Alves, que a secretariei, pelo Presidente da Assembleia, José Campos, e pela segunda secretária, Isabel Machado. -----

O Presidente da Mesa _____

A Primeira Secretária _____

A Segunda Secretária _____